

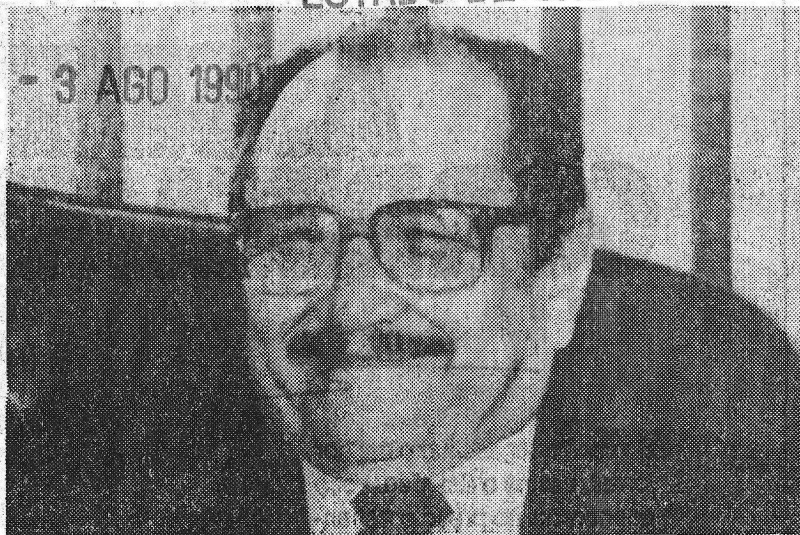
Congresso adota recesso branco

ESTADO DE SÃO PAULO

BRASÍLIA — As lideranças partidárias decretaram ontem o início do recesso branco no Congresso, que vai vigorar até as eleições de 3 de outubro. Haverá dois períodos de interrupção do recesso, esperam os líderes, com o “esforço concentrado” de 7 a 9 e de 21 a 23 deste mês. A decisão tenta adequar o funcionamento do Congresso à campanha eleitoral. Dessa maneira, acreditam as lideranças, poderão ser recebidas eventuais medidas provisórias e votadas questões inadiáveis.

Os líderes prevêem que, dentre as matérias polêmicas, apenas o veto do presidente Fernando Collor à política de reajustes salariais poderá ser apreciado, talvez na segunda etapa do esforço concentrado. O restante da pauta incluirá apenas propostas que tenham acordo que garanta maioria.

O recesso branco é tradicional no Legislativo, uma prática incorporada aos novos regimentos adotados na Câmara e no Senado. É adotada nos 60 dias anteriores às eleições. Na avaliação de políticos e funcionários, este é um dos recessos mais vazios de que se tem notícia. Ontem, embora fosse quinta-feira, a



José Paulo/AE

Paes de Andrade: acordo para cair na campanha

maioria dos líderes já havia viajado de volta aos Estados, e alguns nem sequer passaram 24 horas em Brasília.

A apreciação do veto do presidente Fernando Collor ao projeto de política salarial está marcada para o dia 22, mas a rejeição pretendida pelos oposicionistas depende do apoio de 248 deputados e 38 senadores. “Se houver quórum alto, de uns 400 parlamentares no total, não há dúvida de que

o veto cai”, avalia o primeiro vice-presidente da Câmara, deputado Inocêncio de Oliveira (PFL-PE). Ainda em relação à política salarial, tramita a Medida Provisória 199, que instituiu o abono para os trabalhadores de baixa renda. Até ontem, haviam sido apresentadas dez emendas, a maioria ampliando o benefício a aposentados e pensionistas.

É tida como certa a vota-

ção, no Senado, de três matérias, já aprovadas na Câmara, que irão à sanção presidencial, se não receberem emendas o plano de custeio e benefícios da previdência social, o código de defesa do consumidor e a lei que extinguiu o selo pedágio. Projetos polêmicos como a lei agrícola, a regulamentação de edição de medidas provisórias, a definição de crime de usura, embora figurem oficialmente na pauta do esforço concentrado da Câmara, não têm condição de votação, conforme admitem reservadamente os líderes.

Com o Congresso esvaziado por causa da campanha eleitoral nos Estados, a quinta-feira do presidente Fernando Collor mudou de tom: ao contrário de ouvir uma lista de pedidos e de cobranças de deputados e senadores, foi ele quem pediu apoio dos parlamentares para as votações no Congresso. “Gostaria de contar com o seu apoio para as medidas de estabilização da economia”, disse Collor ao deputado Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), um dos cinco parlamentares que passaram ontem pelo Planalto, além do governador da Bahia, Nilo Coelho.